



PROJETO BÁSICO

DESCRIÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: Obras e serviços de engenharia para construção novo píer de desembarque da Ilha de Boipeba, município de Cairu, estado da Bahia.

1. COMPREENDE-SE

O projeto básico é composto pelo Memorial Descritivo, Descrições Técnicas e Plantas dos Projetos, abrangendo as disciplinas de Situação, Localização, Geometria e Urbanização. Esses elementos são essenciais para a adequada compreensão das intervenções propostas, possibilitando a avaliação do custo global da obra, a definição dos métodos executivos e a verificação da viabilidade técnica e orçamentária. Além disso, o projeto básico fornece subsídios para a elaboração do projeto executivo e para o processo licitatório, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

2. CONTEXTO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a execução de obras e serviços de engenharia destinados à construção de novo píer destinado exclusivamente ao desembarque na Ilha de Boipeba, situada no Município-Arquipélago de Cairu, Estado da Bahia.

Atualmente, a infraestrutura disponível é utilizada simultaneamente para embarque e desembarque de passageiros, situação que compromete a organização operacional, gera conflitos de fluxo, aumenta riscos de acidentes e reduz a eficiência das operações náuticas. O crescimento contínuo da atividade turística e o aumento da demanda da população residente tornaram a estrutura existente insuficiente para atender com segurança e conforto o volume atual de usuários.

Embora já tenha sido realizado procedimento de contratação anterior para construção do píer de embarque, por meio de Aditivo de Qualidade ao Contrato nº 279/2022 tendo como objeto o serviços de drenagem pluvial, pavimentação e requalificação urbana nos Distritos de Boipeba, Moreré e São Sebastião do Município Arquipélago de Cairu, Estado da Bahia, a infraestrutura disponível ainda não contempla a separação física e funcional dos fluxos de embarque e



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

desembarque, medida considerada essencial para modernização e ordenamento do sistema hidroviário local.

A utilização de uma única estrutura para ambas as finalidades provoca aglomerações, desorganização no acesso às embarcações, dificuldades de controle operacional e exposição de passageiros a situações de risco, especialmente em períodos de maré variável e alta temporada turística. Além disso, a inexistência de área adequada para recepção e triagem de visitantes no momento do desembarque impede a organização eficiente do controle administrativo e ambiental do acesso à ilha. Diante desse cenário, a solução técnica consiste na requalificação do píer existente para operação exclusiva de embarque e na implantação de um novo píer destinado ao desembarque, dotado de área estruturada para recepção de passageiros, organização de fluxo, acessibilidade e controle.

O novo píer de desembarque contemplará espaço específico para parada obrigatória dos visitantes, possibilitando a instalação de estrutura destinada à fiscalização e arrecadação da TUPA – Taxa de Utilização do Patrimônio Ambiental. Tal medida permitirá maior controle do fluxo turístico, organização administrativa, redução da evasão de arrecadação e fortalecimento das políticas de preservação ambiental do município.

A cobrança da TUPA encontra justificativa na necessidade de mitigar os impactos ambientais decorrentes da intensa atividade turística nas áreas insulares, garantindo recursos destinados à manutenção da infraestrutura urbana, proteção dos ecossistemas locais e ordenamento do uso do espaço costeiro. A implantação de estrutura física adequada no ponto de desembarque assegura maior eficiência na gestão da taxa, transparência na arrecadação e regularidade no cumprimento das normas municipais.

A separação física entre embarque e desembarque proporcionará melhoria significativa na segurança da navegação e das operações portuárias, maior fluidez no tráfego de passageiros, redução de conflitos operacionais, melhor experiência ao visitante e fortalecimento da imagem institucional de Cairu como destino organizado e sustentável.

Considerando as características insulares do município, onde o transporte hidroviário constitui o principal meio de integração territorial, a intervenção proposta revela-se medida indispensável para garantir eficiência logística, segurança operacional, controle ambiental e sustentabilidade econômica.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Dessa forma, resta demonstrada a necessidade pública concreta e atual da contratação do novo píer de desembarque da Ilha de Boipeba, configurando solução técnica adequada para atendimento das demandas estruturais, operacionais e ambientais do Município de Cairu.

**3. JUSTIFICATIVA DA META DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES
(CONTEXTO DA ILHA)**

Os Serviços descritos na Planilha Orçamentária correspondem as obras e serviços de engenharia para construção novo píer de desembarque da Ilha de Boipeba, município de Cairu, estado da Bahia. Estão previstos custos com a execução de receptivo, píer fixo e píer flutuante.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para comprovação da qualificação técnica para execução dos serviços, na fase de habilitação é pertinente que a concorrente selecionada apresente os documentos abaixo:

4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL

a) Comprovação de Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

b) A Capacitação Técnico Operacional será comprovada mediante:

b.1. Declaração de possuir capacidade de mobilizar as instalações e disponibilidade do aparelhamento adequados para a realização do objeto da licitação;

b.2. Demonstração de equipe técnica para realização dos serviços mediante apresentação de:

b.2.1. relação nominal do(s) profissional(is) de nível superior da licitante, responsável(is) pela execução dos serviços e respectivas qualificações;

b.2.2. comprovação de Registro ou inscrição do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo);

b.2.3. Declaração assinada pelos profissionais indicados nos itens anteriores, autorizando a sua indicação para compor a equipe, com firma reconhecida em cartório competente, ou com assinatura eletrônica;

b.2.4. Comprovação de vinculação dos profissionais indicados em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

b.2.5. Comprovação de que tal(is) profissional(is) detêm a qualificação tratada na alínea “c” deste edital por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.

b.2.5.1. A comprovação exigida no item b.2.4 poderá ser feita mediante apresentação do contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação, ou por comprovação de que esteja vinculado como responsável técnico da licitante no conselho competente ou que tenha vínculo trabalhista ou seja sócio-gerente, diretor ou dirigente da empresa licitante.

b.2.5.2. Nos casos em que o(a) profissional de nível superior a ser indicado para responsabilizar-se pela possível execução do objeto desta licitação (caso seja vencedora) esteja vinculado como responsável técnico da licitante no conselho competente, dispensar-se-á a apresentação do item b.2.4 relativo ao referido(a) profissional.

b.2.5.3. Nos casos em que o(a) profissional a responsabilizar-se pela possível execução do objeto for o próprio responsável legal pela empresa, dispensar-se-á a apresentação do item b.2.4 relativo ao referido(a) profissional.

b.2.5.4. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

b.3. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução do serviço, compatível em características com o objeto da presente licitação, que comprovem que a licitante tenha executado os serviços requeridos para execução do objeto, atendendo minimamente às parcelas de relevância indicada no item c.3.

c. A Comprovação da capacitação técnico-profissional, se dará mediante apresentação de:

c.1. Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

c.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

c.3. Os serviços destacados como de maior relevância e suas quantidades correspondem a aproximadamente 50% do total estimado no contrato anterior e devem ser devidamente comprovados. Os serviços são:

	SERVIÇOS
01	Execução em concreto armado
02	Execução de estrutura metálica e em madeira para píeres

5. GARANTIAS

A garantia de proposta de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação R\$ 830.113,47 (oitocentos e trinta mil, cento e treze reais e quarenta e sete centavos) utilizando uma das seguintes formas descritas no § 1º do artigo 96 da Lei nº14.133/2021.

4.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.1.1 Além da garantia contratual, será exigida garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.2.1 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.2.2 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.2.3 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.2.4 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.2.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.2.6 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

- (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.3 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.
- 4.4 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.5 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.6 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.6.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.7.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.7.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.7.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.8 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

- 4.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.10 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.11.1 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.11.1.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.11.1.2 se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.12 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.12.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.12.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.13 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

- 4.14 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.14.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.14.2 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.15 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6. PARCELAS DE RELEVÂNCIA

A Comprovação da capacitação técnico-profissional, se dará mediante apresentação de:

- a.1. Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;
- a.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.
- a.3. Os serviços destacados como de maior relevância e suas quantidades correspondem a aproximadamente 50% do total estimado no contrato anterior e devem ser devidamente comprovados. Os serviços são:



PREFEITURA DE CAIRU
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA		
SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
Execução em concreto armado	m ²	53
Execução de estrutura metálica e em madeira para píeres	m ²	20

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA

A gestão e a fiscalização desta obra serão efetuadas pelo município, conforme os compromissos assumidos no dispositivo contratual.

Cairu – BA, 23 de fevereiro de 2026


João Victor Correia da Silva

Diretor Adjunto de Projetos e Infraestrutura
Prefeitura Municipal de Cairu

